

EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA EM RONDÔNIA: ENTRE A INCLUSÃO RACIAL, A NECROPOLÍTICA E A GESTÃO DA DESIGUALDADE EDUCACIONAL

Eixo temático 8 – Novos modos de regulação, tendências em construção e trabalho docente na educação profissional tecnológica.
Bruno de Oliveira Figueiredo, Universidade Federal de Rondônia - UNIR, e-mail: bruno.oliveira@unir.br
Silvio Dalla Vecchia Marques, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, e-mail: silviodvm@me.com

Introdução

A expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs) no Brasil tem sido amplamente interpretada como expressão do processo de democratização da educação superior, especialmente no que se refere à ampliação do acesso de segmentos historicamente excluídos, como a população negra e periférica. No entanto, quando analisada a partir dos dados empíricos do estado de Rondônia, no período de 2009 a 2024, essa expansão revela uma dinâmica distinta, marcada por formas diferenciadas de acesso, permanência e apropriação do conhecimento. A expansão dos CSTs é compreendida como expressão da crise orgânica do capital, que impulsiona sua recomposição burguesa por meio da reestruturação produtiva e da contrarreforma do Estado (Souza, 2022), em consonância com as demandas da acumulação flexível (Harvey, 2011). Nesse contexto, este trabalho[1] tem como objetivo analisar a expansão dos CSTs a partir do conceito de necropolítica (Mbembe, 2018), compreendendo-a como uma forma de regulação social que opera por meio da distribuição desigual das oportunidades educacionais e,

[1] O presente trabalho apresenta resultados do projeto "Os Cursos Superiores de Tecnologia na Política de Educação Profissional do Estado de Rondônia", vinculado ao Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Cultura (GTEC/UNIR), articulado ao projeto nacional "Tendências e Perspectivas da Política de Ampliação e Diversificação da Formação de Tecnólogos no Brasil", desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS/UFRRJ) e integrado ao Eixo Temático 8 – Novos Modos de Regulação, Tendências em Construção e Trabalho Docente na Educação Profissional, Científica e Tecnológica da Rede Universitas–BR.



consequentemente, das possibilidades de vida dos sujeitos sociais. Parte-se da hipótese de que a expansão dos CSTs não se configura como democratização substantiva da educação superior, mas como uma estratégia de gestão desigual do conhecimento científico, na qual o acesso ampliado se articula à produção de formas hierarquizadas de formação humana.

Fundamentação Teórico-Metodológica

A análise fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, compreendendo a educação como processo sócio-histórico de produção coletiva da humanização (Saviani, 2019). Nesse processo, direto e intencional, a produção se volta para a transformação e reprodução social da vida material (Saviani, 2019). Essa análise articula as categorias de totalidade, contradição e mediação (Kosik, 1976) à teoria da dependência (Santos, 2020) e ao conceito de racismo estrutural (Almeida, 2019). No interior desse referencial, a necropolítica, conforme formulada por Mbembe (2018), é mobilizada como categoria estratégica para a análise, permitindo compreender como o Estado e o capital operam na gestão do conhecimento e a segmentação de populações. Essa gestão e segmentação define não apenas quem tem acesso à educação superior, mas em que condições esse acesso se realiza e quais são seus limites estruturais.

A necropolítica, entendida como o poder de determinar as condições de vida e de morte social, manifesta-se no campo educacional por meio da organização desigual do acesso ao conhecimento. Trata-se de um processo em que diferentes grupos sociais são incorporados de maneira diferenciada às instituições educacionais, sendo direcionados a percursos formativos distintos, com diferentes níveis de densidade teórica, prestígio acadêmico e potencial de mobilidade social. Nesse sentido, a expansão dos CSTs pode ser compreendida como uma forma de inclusão excludente, na qual o acesso à educação superior é ampliado, mas subordinado às exigências da reprodução do capital em sociedades dependentes.



O estudo baseia-se na análise estatística dos microdados do INEP, com foco nas matrículas em CSTs por categoria administrativa (pública e privada) e na composição racial dos estudantes no estado de Rondônia, no período de 2009 a 2024. Podemos evidenciar a série histórica na Tabela 1.

Tabela 1: Concluintes dos CSTs, matrículas totais com composição e percentual do recorte racial, Rondônia – 2009-2024.

Categoria PRIVADA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Recorte raça	461	647	671	653	936	1303	1659	1833	2481	3580	4718	5857	6863	7115	6679	6492
Matriculados	2680	3403	3846	4171	5115	5811	5549	5379	5560	6483	8036	10592	12756	14109	13939	14067
Proporção PRETA/PARDA/AMARELA/INDIGENA	17%	19%	17%	16%	18%	22%	30%	34%	45%	55%	59%	55%	54%	50%	48%	46%

Categoria PÚBLICA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Recorte raça	114	154	137	190	177	169	193	275	390	473	642	592	2411	2309	2372	1885
Matriculados	332	287	260	395	321	265	293	410	581	689	928	858	3289	3206	3259	2621
Proporção PRETA/PARDA/AMARELA/INDIGENA	34%	54%	53%	48%	55%	64%	66%	67%	67%	69%	69%	69%	73%	72%	73%	72%

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do INEP (2024).

A organização dos dados em séries históricas permite identificar padrões de expansão, segmentação institucional e inclusão racial, possibilitando uma leitura articulada entre empiria e teoria.

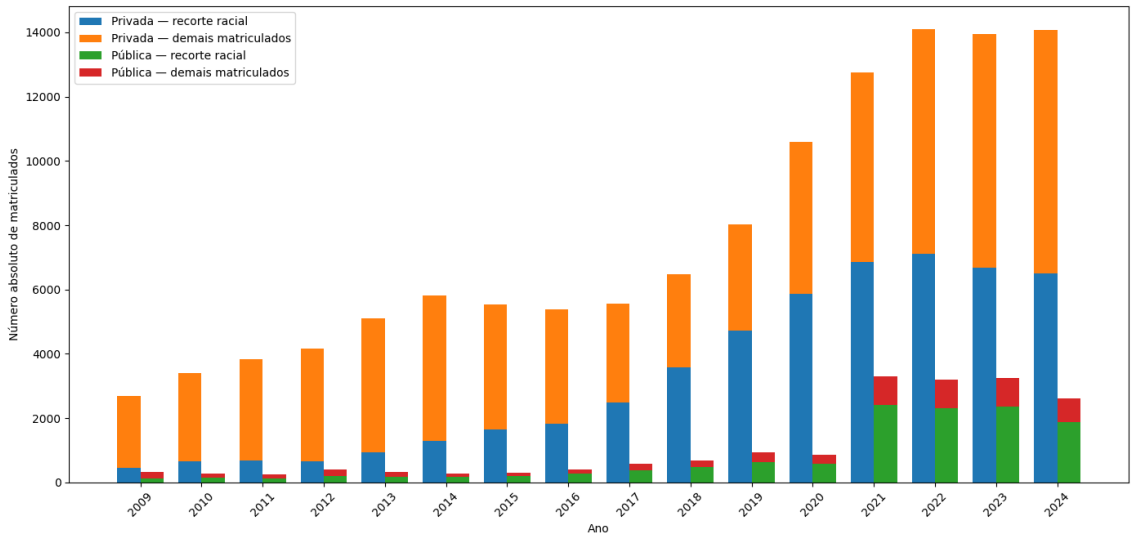
Resultados e Discussão

A análise dos dados evidencia que a expansão dos CSTs em Rondônia ocorre predominantemente por meio do setor privado, que apresenta crescimento expressivo, passando de 2.680 matrículas em 2009 para 14.067 em 2024. Esse movimento configura um processo de massificação do acesso ao ensino superior sustentado por cursos de curta duração, baixo custo e forte presença da modalidade de Educação à Distância, evidenciando a inserção da educação superior na lógica de mercantilização (Souza; Macedo; Figueiredo, 2023).

No entanto, quando essa expansão é analisada a partir da necropolítica, observa-se que não se trata apenas de ampliação do acesso, mas de uma forma de organização diferencial das trajetórias educacionais. O setor público, embora com menor capacidade de expansão, apresenta maior concentração proporcional de estudantes negros/pardos, cuja participação ultrapassa 70% a partir de 2021. Já no setor privado, onde se concentra a maior parte das matrículas, a presença crescente de estudantes negros/pardos ocorre sob

condições formativas marcadas pela redução da carga horária, pela padronização curricular e pela centralidade de competências instrumentais e socioemocionais (Souza; Macedo; Figueiredo, 2023; Figueiredo; Marques, 2024).

Gráfico 1: Matrículas totais em CSTs por categoria administrativa, com composição do recorte racial, Rondônia – 2009-2024



Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do INEP (2024).

Essa configuração revela que a inclusão racial no ensino superior ocorre de forma hierarquizada, na medida em que diferentes grupos sociais são direcionados a formas distintas de formação. A maior parte dos estudantes negros/pardos encontra-se matriculada nos CSTs do setor privado, o que indica que sua inclusão ocorre predominantemente sob condições mercantilizadas e formação limitada.

Nesse sentido, a expansão dos CSTs expressa uma forma de necropolítica educacional, na qual a gestão das populações se realiza por meio da regulação do acesso ao conhecimento. Ao direcionar majoritariamente a população negra e periférica para cursos de menor densidade teórica, o sistema educacional contribui para a produção de trajetórias sociais marcadas por limites estruturais de mobilidade e autonomia. A inclusão, nesse contexto, não representa superação da exclusão, mas sua reorganização em novas bases.



Além disso, os CSTs operam como dispositivos de mediação ideológica ao mobilizar discursos de empregabilidade, empreendedorismo e acessibilidade, que deslocam para o indivíduo a responsabilidade por sua inserção social (Souza, 2022). A formação orientada por competências como flexibilidade, adaptabilidade e resiliência contribui para a conformação de subjetividades ajustadas à precariedade, reforçando a naturalização das desigualdades estruturais (Souza; Macedo; Figueiredo, 2023). Nesse processo, a necropolítica não se manifesta apenas na exclusão direta, mas na produção de formas de inclusão que limitam o horizonte de possibilidades dos sujeitos sociais. A conformação da subjetividade da juventude negra e periférica da classe trabalhadora assume formas de violência simbólica, condicionando estes sujeitos às formas do capitalismo destrutivo com naturalidade.

Conclusões

A análise demonstra que a expansão dos CSTs em Rondônia deve ser compreendida como parte de uma lógica de necropolítica educacional, na qual a ampliação do acesso ao ensino superior se articula à regulação das condições de acesso ao conhecimento. Ao combinar massificação, inclusão racial e diferenciação formativa, essa política educacional organiza de forma hierarquizada as trajetórias educacionais, contribuindo para o aprofundamento e reprodução das desigualdades de classe e raça.

Nesse sentido, os CSTs se configuram como uma mediação central na gestão da desigualdade no capitalismo contemporâneo, ao promoverem formas de inclusão que não ampliam substantivamente o acesso ao conhecimento científico, mas regulam as possibilidades de formação e inserção social dos sujeitos. A incorporação da necropolítica como eixo analítico permite evidenciar que a questão não se limita ao acesso à educação superior, mas envolve a definição das condições de vida social, revelando que a expansão educacional pode operar simultaneamente como mecanismo de inclusão e de limitação das possibilidades de emancipação humana.

Referências Bibliográficas



ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

FIGUEIREDO, Bruno de Oliveira; MARQUES, Silvio Dalla Vecchia. A mercadorização dos cursos superiores de tecnologia no estado de Rondônia. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 29, 2024. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9230. Acesso em: 2 nov. 2024.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo [Tradução de João Alexandre Peschanski]. São Paulo: Boitempo, 2011.

INEP. **Censo da Educação Superior**: microdados do censo da educação superior. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 10 mar. 2026.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, A. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência**: balanço e perspectiva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 ago. 2025.

SOUZA, J. dos S.; MACEDO, J. M. de; FIGUEIREDO, B. de O. Política de ampliação e diversificação da educação profissional tecnológica no Brasil: implicações no direito à Educação Superior. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, [S. l.], v. 8, n. 13, p. e–868, 2023. DOI: 10.29404/rtps-v8i13.868. Disponível em: https://periodicos.ufrrj.br/index.php/rtps/article/view/868. Acesso em: 3 ago. 2024.

SOUZA, José dos Santos. A Educação superior enxuta e flexível como nicho promissor do mercado educacional. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-27, 22 jul. 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/54582. Acesso em: 10 dez. 2022.